

----- Aos 09 dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, reuniu-se a Assembleia de Freguesia de Penafiel, na sede da Junta de Freguesia de Penafiel, estando presentes, todos os membros do executivo, para dar cumprimento à sessão ordinária da Assembleia, com a seguinte ordem de trabalho: -----

----- **1.º Ponto - Discussão e votação da ata da sessão anterior;** -----

----- **2.º Ponto - Apreciação da informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da Freguesia, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do nº 2, do artigo 9º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- **3.º Ponto - Discussão e votação da proposta da freguesia, da prestação de contas do ano 2025, de acordo e para efeitos do disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 9º da Lei nº 72/2013, de 12 de setembro;** -----

----- **4.º Ponto - Discussão e votação da proposta da Freguesia, da integração do Saldo da Gerência 2025 – 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e 1ª alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, de acordo e para efeitos da alínea a), do nº 1, do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Penafiel, Pedro de Sousa Bessa, iniciou a sessão saudando todos os presentes. -----

----- De seguida, deu tomada de posse ao novo deputado, Pedro Henrique Silva e Sousa, em substituição de Deolinda Rodrigues da Costa, que após tomar posse assinou a folha de presenças. -----

----- Deu-se início, de seguida à fase de expediente, tendo dado entrada duas participações, uma do movimento “Eu Sou Penafiel” e outra da Coligação “Penafiel Quer”. Atendendo ao teor das mesmas o Sr. Presidente solicitou que fossem lidas pela sua primeira secretária. -----

----- A primeira secretária da Assembleia de Freguesia de Penafiel, Vera Lúcia Monteiro da Silva, saudou todos os presentes e iniciou a leitura das participações, “A Coligação Penafiel Quer vem pela presente manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento do cidadão Daniel da Silva Beça, pai do senhor Presidente da Assembleia da Freguesia de Penafiel, Pedro Nuno de Sousa Bessa. Neste momento de dor e consternação, a Coligação Penafiel Quer, quer

expressar as mais sentidas condolências ao senhor Presidente, bem como a toda a sua família, solidarizando-se com a sua perda. A perda de um ente querido representa sempre um momento de grande tristeza, que merece o respeito e a consideração de toda a comunidade. Assim, a Coligação Penafiel Quer, propõe que seja aprovado o presente voto de pesar, devendo o mesmo ser transmitido à família enlutada com uma expressão de solidariedade, neste momento difícil. Penafiel, 1 de abril de 2026, pela Coligação Penafiel Quer.” ----

----- De seguida a senhora secretária leu a declaração do movimento “Eu sou Penafiel”. “Senhor. Presidente da Assembleia da Freguesia, senhoras. e senhores. Membros da Assembleia, senhor. Presidente da Junta, minhas senhoras. e meus senhores. O Movimento Eu Sou Penafiel, quer aqui nesta Assembleia propor voto de pesar pelo falecimento do Exmo. Senhor Daniel Beça, empresário de reconhecido mérito e uma referência incontornável da cidade e do Concelho de Penafiel. Neste momento de profunda consternação, queremos recordar não apenas a pessoa, mas também o percurso marcante e o legado. Ao longo da sua vida, destacou-se como empresário, pautando a sua atividade por elevados princípios de trabalho, de ética e sentido de responsabilidade, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento económico e social da comunidade. Foi igualmente um membro ativo do Movimento Associativo, participando com empenho em clubes e associações, onde sempre revelou espírito de solidariedade, dinamismo e compromisso com o bem comum. A sua presença deixou uma marca duradoura em todos aqueles que com ele conviveram e nas instituições que ajudou a fortalecer. A sua memória permanecerá viva pelo exemplo de cidadania, entrega e participação cívica que sempre demonstrou, Penafiel perdeu uma das suas grandes figuras, uma das suas figuras mais marcantes. Para finalizar, propomos ao senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, um minuto de silêncio em homenagem e agradecimento à vida do Exmo. senhor Daniel da Silva Beça. Muito Obrigado, Movimento Eu Sou Penafiel.” -----

----- O senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Penafiel, pediu para se acrescentar um voto de pesar pelo senhor Manuel Rodrigues Moreira, endossando uma palavra de solidariedade à família. -----

----- Solicitou, por fim, que o minuto de silencio fosse guardado por estes dois

penafidelenses, naquele preciso momento, o que foi cumprido por todos os presentes. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveu-se o senhor deputado, Hugo Veiga Ferreira e o senhor deputado José Pereira Ramos -----

----- O senhor deputado Hugo Veiga Ferreira, saudou todos os presentes afirmando que o senhor Daniel, além de seu amigo pessoal e pai do senhor presidente da assembleia de freguesia, é uma pessoa, que nos vai fazer imensa falta. Mais referiu que “O senhor Presidente da Assembleia, lembrou-se de associar também o Senhor Manuel Rodrigues Moreira, no minuto de silêncio anterior, e eu gostaria de propor um voto de pesar, porque o senhor. “Manuel Potinho”, também era uma figura que nunca será esquecida na nossa cidade e que realmente marcou profundamente a nossa freguesia e o concelho. É de lamentar, mas é assim que Deus quer.” -----

----- Por fim, lembrou, ainda o falecimento do Dona Marinete, pessoa muito estimada por todos, e agradeceu a forma respeitosa como este assunto delicado foi tratado por todos os presentes. -----

----- Terminou a sua intervenção, solicitando informações sobre dois assuntos referidos na anterior sessão da assembleia: O orçamento participativo e o regulamento para utilização dos espaços da Junta de Freguesia de Penafiel. ---

----- O senhor deputado José Pereira Ramos, saudou todos os presentes, iniciando a sua intervenção colocando uma questão à mesa, que mesmo não fazendo parte programa do Partido Socialista, acredita ser da maior relevância. O assunto prende-se com a atribuição de cabazes a recém-nascidos da freguesia, com produtos como leite, fraldas, sabonete, shampoo, álcool de 70 graus, e que teria um custo aproximado de 40 e 50 euros. Acredita não ser muito oneroso para a freguesia porque o número de nascimentos também não é muito elevado. Mais referiu que foi informado que o Clube de Futebol Santa Marta Feminino, irá encerrar as suas atividades; que sabe que a junta ajuda com cerca de 1.000 euros, uma quantia algo elevada, mas acrescenta que terminaram com os sub-19 e os seniores que estão na primeira divisão. Acredita que deverá ser repensada a ajuda atendendo a que são atividades que trazem gente à nossa terra e somos falados a nível nacional e no estrangeiro. Desafiou a que fosse sensibilizado o senhor presidente da camara de Penafiel e que se evitasse o

encerramento da modalidade, atendendo a que o presidente do clube após 19 anos de investimento pretende, naturalmente, abandonar funções. -----

----- Após as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Penafiel, afirmou que “como foram duas intervenções, diretamente apontadas ao Executivo, daria a palavra ao Executivo de se pronunciar”. -----

----- O senhor Presidente do Executivo Freguesia de Penafiel, Carlos Leão Barbosa, saudou todos os presentes, iniciou a sua intervenção afirmando “Relativamente às perguntas que fez o Dr. Hugo, no que concerne ao Orçamento Participativo e ao Regulamento, nós estávamos a preparar, e quase que os podíamos trazer aqui, mas esta é uma Assembleia demasiado importante. No entanto, assumimos que estamos a preparar tudo para levar à Assembleia de junho, uma Assembleia mais calma, onde poderemos realmente, com mais afinco, discutir essas situações.” -----

----- Relativamente à intervenção do senhor deputado José Ramos, mencionou que o cabaz, é uma situação a analisar, atendendo a que não ficou orçamentado. Será uma questão que deve ser bem analisada, nomeadamente, no que se refere ao número de nascimentos e aos custos envolvidos. Alertou que a freguesia de Penafiel é muito grande e qualquer coisa que se faça é em grandes quantidades. Deu como exemplo a distribuição de sacas de amêndoas na Páscoa às escolas e que levou a entrega de 1200 sacas. Referiu que qualquer medida tem sempre um impacto elevado porque a população também é numerosa. -----

----- Relativamente ao Aguias de Santa Marta, afirmou estarem a seguir a situação; que a Junta está a apoiá-los com combustível e tem apoiado desde sempre. No entanto, uma equipa da 1ª Divisão B de Futebol Feminino fica muito cara e não sabe qual é o apoio da Câmara, mas provavelmente deverá ser reanalisado. Entende ser um assunto complicado, “porque isso é uma bola de neve. As pessoas sempre querem subir de divisão, depois querem manter, não querem descer, e as coisas ficam muito caras, e nestas alturas não há muitos patrocinadores. A Câmara também não sei se pode alterar o apoio, porque tem protocolos com outros clubes, mas no que se refere à Junta já os está a ajudar dentro das suas possibilidades. Nós temos ajudado, já há alguns anos que temos colaborado com eles, mas se eles quiserem, eu penso que a Câmara estará aberta para tentar rever a situação. É muito complicado, um clube da

dimensão do Aguias de Stª Marta, que praticamente não tem sócios, não tem muitos apoios, manter-se na 1ª Divisão porque os custos são muito grandes e tudo está, essencialmente, a cair numa pessoa só.” -----

----- **1.º Ponto --- Discussão e Votação da Ata da sessão anterior;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveu-se o senhor deputado, Sérgio Rodrigues -----

----- O senhor deputado Sérgio Rodrigues, saudou todos os presentes, iniciando a sua intervenção. “Em relação ao ponto 1 da ordem de trabalhos, permitam-me começar por salutar a referência que nos foi deixada no fim da Assembleia, no início e no final da sessão pelo Ex. Sr. Presidente da Assembleia Freguesia, o Dr. Pedro Bessa, quanto à importância do respeito entre todos os membros desta Assembleia, num compromisso pela democracia e respeito de todos os fregueses. É importante frisar que, desde o primeiro momento os movimentos independentes da Junta Freguesia, em todos os momentos, pautaram e pautarão a sua postura com elevação, saber-estar e respeito. Assim, reitere-se, Sr. Presidente, que, da nossa parte, os bons valores de educação sempre estiveram presentes e, assim, continuaremos. Dito isto, não estamos aqui para alimentar polémicas, mas para trabalhar com seriedade em prol da freguesia.” -----

----- O senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Penafiel, informou o senhor deputado Sérgio Rodrigues que o ponto que estava a ser tratado era o da discussão e aprovação da ata da sessão anterior, pelo que lhe parecia que se estava a desviar do tema. Mais informou, que nesta primeira fase, todos passam por uma aprendizagem e que tudo o que o movimento “Eu sou Penafiel” tenha a apresentar sobre as suas atividades ou atividades da junta poderá e deverá fazê-lo nos pontos que se seguiriam. -----

----- Posto a votação o 1.º Ponto - Discussão e votação da ata da sessão anterior; foi aprovado com uma abstenção (Pedro Henrique Silva e Sousa , (porque não esteve presente) e 11 votos a favor (Pedro Nuno de Sousa Bessa, Susana Patrícia dos Santos Ribeiro, Vera Lúcia Monteiro da Silva, Hugo Miguel da Costa Veiga Ferreira, Abílio Pereira Reis, José Pereira Ramos e Isaac Eurico Alves Ferreira, Sérgio Filipe Ferreira da Silva Rodrigues, Luís Miguel Calaia dos Santos Rodrigues, Filipa Madalena da Silva Ribeiro, Margarida de Fátima Pinto Rodrigues e Jorge Manuel Barbosa Soares). -----

----- Após a aprovação do ponto 1, o senhor deputado Sérgio Rodrigues interpelou a mesa, afirmando que na sua primeira intervenção havia assuntos referentes à ata que tinha sido aprovada. -----

----- Perante a situação, o senhor presidente da assembleia de freguesia, pediu desculpa ao senhor deputado, informou-o que por um erro de interpretação julgou que o caminho que estava a seguir na sua intervenção era outro e informou-o que sendo essa a situação, poderia, naturalmente, e mesmo quebrando o protocolo, usar da palavra. -----

----- Usando da palavra, o senhor deputado Sérgio Rodrigues referiu que havia uma nota que se encontrava emanada na última ata da Assembleia de Freguesia, que refere que o senhor secretário informou que o Executivo está a desenvolver um regulamento para a utilização dos espaços da junta de freguesia. Mais disse, que aguardava para este regulamento e acrescentou ainda que nesta mesma ata o senhor secretário referiu que todos estes protocolos serão ratificados e que o novo regulamento só seria aplicado a novas solicitações. O senhor deputado Sérgio Rodrigues afirmou por fim, que tal não tinha correspondido ao que sido afirmado na última sessão pelo que deixava expresso o seu desagrado e solicitava o acesso a esse ponto da ata. -----

----- Como resposta e defesa da ata, o senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Penafiel informou que tinha sido pessoalmente responsável por tudo o que estava escrito na ata e que, de facto, o que aparece nas gravações é a afirmação de que os novos protocolos só se aplicam a novos contratos e não às parcerias já existentes, que se mantêm com as regras anteriores. Mais referiu que a ata é a transcrição do que se passa em assembleia e nunca faz juízos de valor. -----

----- No seguimento do mesmo tema, o senhor Secretario do Executivo Sérgio Brochado, saudou todos os presentes, afirmou querer clarificar a situação. Começou lembrando que a situação surgiu devido á intervenção um deputado que veio falar em edifícios específicos e aquilo que foi dito é que será aplicado a todos os edifícios, respeitando o que já estava. Reafirmou “foi isso que foi dito, porque a intervenção que veio da vossa parte só se referiu a dois edifícios e eu chamei a atenção que não existem só dois edifícios na Junta e foi por todos os edifícios, e tenho a certeza que eu disse, que será sempre respeitado o que está, mas que deveria haver um regulamento”. Por fim referiu que a aplicação a todos

os edifícios torna a situação muito mais democrática e será um regulamento global, mas que manterá tudo o que está anteriormente assumido. Por fim referiu que “Se eu não me expressei devidamente, era isto que estava previamente decidido pelo Executivo. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Penafiel afirmou, “e para que fique claro, é um poder que cabe aos senhores deputados consultar e ouvir a agravação, e se tal for da vossa vontade podem solicitá-lo à mesa para que tudo seja esclarecido. Afirmou ter a certeza do que ouviu, mas a interpretação pode ter sido diferente da realidade e é respeitável uma interpretação diferente por qualquer das partes envolvidas. Mais informou que os senhores deputados têm sempre o direito de ter acesso a todos os documentos, e que sempre que tal for solicitado à mesa, esta dará cumprimento conforme estipulado por lei. -----

----- Na sequência das dúvidas existentes o senhor deputado Hugo Veiga Ferreira afirmou que seria oportuno repetir a votação da aprovação da ata, algo rejeitado de imediato pelo senhor presidente da assembleia de freguesia que afirmou que durante o seu mandato nenhum ponto da agenda será votado mais do que uma vez. Mais afirmou que tinha a certeza que a votação que tinha sido feita anteriormente, correspondia à vontade e em consciência de todos os senhores deputados. -----

----- **2.º Ponto - Apreciação da informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da Freguesia, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do nº 2, do artigo 9º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveram-se os senhores deputados Filipa Madalena da Silva Ribeiro, José Pereira Ramos e Hugo Veiga Ferreira e Sérgio Rodrigues. -----

----- A senhora deputada Filipa Ribeiro, saudou todos os presentes, começando por referir que “no âmbito do ponto 2 da ordem de trabalhos e relativamente à informação escrita apresentada pelo Sr. Presidente da Junta, gostaria de colocar algumas questões e deixar registadas algumas que nos parecem merecer esclarecimento. Em primeiro lugar, é referido nessa informação que foram apoiadas várias famílias ao nível da medicação, importa, por isso, esclarecer quantas famílias foram abrangidas e quais os critérios de atribuição

deste apoio, por uma questão de transparência e cuidado na resposta social prestada. Em segundo lugar, relativamente às escolas, é mencionado que continua a ser fornecido os lanches da manhã e da tarde, contudo, chegou ao nosso conhecimento que na Eb1 do Centro Escolar não é fornecido lanche, e Eb1 de Milhundos esse lanche apenas é disponibilizado mediante pagamento por parte dos encarregados de educação. Assim, importa esclarecer esta divergência entre a informação prestada e a realidade que tem sido reportada pelos encarregados de educação. Perguntámos, por isso, se o lanche está ou não a ser efetivamente assegurado, nos termos referidos, em que condições concretas e se existe algum reconhecimento do esclarecimento em si ou o período em causa. Em terceiro lugar, chegaram-nos também queixas de encarregados de educação do Centro Escolar relativamente à qualidade das refeições feitas, bem como preocupações quanto à diversidade dos alimentos constantes da ementa. Neste ponto, entendemos que a Junta de Freguesia, pela proximidade que tem com a comunidade educativa e pelo acompanhamento que deve assegurar nestas matérias não deve limitar-se a uma função meramente administrativa. Considerámos, portanto, que deve existir uma postura de proximidade e acompanhamento relativamente ao funcionamento do refeitório, designadamente no que respeita à qualidade das refeições fornecidas e ao cumprimento de padrões adequados de diversidade alimentar. Assim, perguntámos se a Junta tem conhecimento destas situações e que medidas pretende adotar para as esclarecer e acompanhar.” -----

----- O senhor deputado José Ramos usou da palavra referindo que “depois da tempestade reparou que a Junta de Freguesia esteve atenta e realizou obras na Rua do Monte corrigindo o buraco aberto. No entanto, o buraco reabriu novamente e, certamente mandaram novamente lá os serviços para voltar a corrigir. Só que será necessária uma obra melhor e mais forte porque por baixo deve passar uma galeria de águas e os carros podem cair ali e pode haver um acidente grave”. Solicitou, de seguida, informações mais pormenorizadas sobre o pagamento ao fornecedor Joaquim Hélio Rocha em quatro prestações, nomeadamente, pretendendo ser informado sobre a que serviços correspondem esses pagamentos. Acerca da emissão por parte dos serviços da junta de freguesia de 382 atestados, 23 provas de vida, 58 certidões e declarações pediu para ser esclarecido sobre quantas foram isentas de pagamento e quantas foram

pagas. Por fim, alertou para a necessidade a haver um desfibrilhador nas instalações da junta de freguesia bem como formação na área de suporte básico de vida a alguns funcionários da junta atendendo ao número de idosos que todos os dias frequentam as suas instalações. -----

----- O senhor deputado Hugo Veiga Ferreira, elogiou e concordou com a intervenção do deputado José Pereira Ramos no que concerne à necessidade de um desfibrilhador nas instalações da junta bem como na formação aos funcionários em suporte básico de vida. Em relação á intervenção da deputada que pôs em causa a qualidade da alimentação nas escolas, disse discordar, dando um exemplo familiar para decompôr o argumento e afirmando que a sua experiência era exatamente a oposta. Por fim, elogiou o executivo da junta pelo apoio aos mais jovens e aos idosos, nomeadamente no apoio à aquisição de medicamentos e pediu o esclarecimento sobre o número de famílias abrangidas, o nível do investimento, o nível dos custos, e qual é que a resposta que a Junta de Freguesia tenderá a dar no futuro, tendo em conta as dificuldades que certamente se poderão acentuar. -----

----- Por fim, usou da palavra o senhor deputado Sérgio Rodrigues, questionando o senhor presidente da junta de freguesia sobre protocolos de cedência, nomeadamente do Edifício da Junta de Freguesia de Milhundos com a Associação de Diabéticos, a Associação Social do Vale de Sousa e o Edifício Santiago, e solicitou informações sobre quais as condições em que assentam esses protocolos, nomeadamente, as condições de cedência e benefícios para a junta de Freguesia. Relembrou que foi prometido que iriam ser facultados os protocolos e informações sobre a cedência e pretendia ver o assunto esclarecido na assembleia. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Penafiel, deu a palavra ao senhor presidente da junta de freguesia Penafiel para responder aos senhores deputados. -----

----- O senhor presidente do executivo da junta de freguesia de Penafiel, Carlos Leão Barbosa, iniciou a sua intervenção respondendo ao senhor deputado José Pereira Ramos. Informando que os pagamentos que a junta está a efetuar, correspondem, como é do domínio público, a despesas de 2017, quando a dívida atingiu mais de 300 mil euros. Mais informou que a junta de freguesia, ao longo destes anos, está a pagar esta dívida correspondendo a decisões de tribunal e

que no caso que o senhor deputado referiu corresponde a trabalhos efetuados por um empreiteiro ao serviço da junta de freguesia. Referiu, por último, que correspondem assim a dividas antigas. -----

----- No que respeita á situação das instalações da junta de freguesia, o senhor presidente da junta referiu que a assembleia de freguesia é soberana e poderá sempre que o quizer fazer aprovar ou anular qualquer regulamento, inclusive os referidos de Novelas, Milhundos e Santa Marta. Mais informou que o executivo se encontra a produzir um regulamento que deverá ser aprovado pela assembleia e as instituições que utilizarem esses espaços terão que cumprir esse regulamento. Mais explicou que o único verdadeiro protocolo que existe é com a Associação Recreativa de Novelas e que os outros serão elaborados, mantendo as condições para as associações que já ocupam esses espaços, e um novo para novas entidades. -----

----- No que se refere às obras na Rua do Monte, informou que após as pequenas reparações efetuadas, as grandes obras necessárias são da competência da Camara Municipal de Penafiel. Explicou que no acordo de delegação de competências, não cabe à junta a abertura de ruas, grandes obras, mas somente pequenas reparações e limpezas. Nesse sentido, o que a junta fez e poderia fazer foi comunicar à Camara a necessidade da obra. -----

----- Relativamente ao assunto da cantina, dos prolongamentos e dos lanches, o senhor presidente da junta de freguesia delegou a resposta na sua tesoureira Lurdes Gomes. -----

----- A senhora Tesoureira do Executivo da Freguesia de Penafiel, Lurdes Gomes, saudou todos os presentes, e iniciou a sua intervenção referindo-se à Associação Florestal de Milhundos, atendendo a que foi mencionado o edifício de Milhundos. Afirmou “A Associação Florestal de Vale Sousa, tem protocolo com a Junta, já muito antigo, e em contrapartida da utilização do espaço, eles fazem-nos algumas limpezas nas ruas, a Rua da Brenha e a Rua Nova da Brenha, basicamente são eles que fazem a limpeza das duas ruas.” -----

----- No que concerne às escolas e cantinas, afirmou que é verdade que é a junta que toma conta das cantinas, mas unicamente na parte alimentar. A junta é responsável por enviar os alimentos para a cantina, e que objetivo que têm é de sempre garantir que todos os produtos que lá chegam são de boa qualidade, desde fruta, verdes, entre outros. Mais afirmou que as cozinheiras são da Câmara Municipal Penafiel, as funcionárias que estão a trabalhar na cantina, da

parte de fora e no serviço de refeições, são da Câmara Municipal Penafiel, e quem coordena isso, é a própria coordenadora da escola. Realçou que neste momento no centro escolar de Penafiel, o responsável, todas as funcionárias da cantina, é a Educadora Ana Ferreira e que as ementas são feitas pela nutricionista da Câmara. Acerca deste mesmo assunto afirmou “Posso-vos dizer que os pais, as associações de pais, no ano letivo anterior e neste ano letivo, têm ido almoçar à vez a cantina da escola, e já nos disseram, já nos garantiram que não tem nada a apontar, á Junta de Freguesia, que é tudo de boa qualidade.” No que se refere aos lanches afirmou “Quanto aos lanches, no início de cada ano letivo colocamos às escolas a opção de fornecermos o lanche. No centro escolar, optaram por não dar lanche, porque a maior parte dos alunos preferiam trazer o lanche de casa. Algumas escolas optaram por ter o lanche da Junta de Freguesia, da parte da manhã, outras optaram por não ter lanche. Nós oferecemos o lanche aos alunos do Jardim de Infância, já é assim de regra já há muitos anos, o lanche da parte da tarde é realizado pela Junta de Freguesia, é gratuito, já está incluído no prolongamento.” Referiu que as regras são iguais para todas as escolas. Todas as escolas pagam o lanche de manhã e da tarde. Os meninos do Jardim são os únicos que têm o lanche gratuito. -----

----- Quanto ao tema “medicação”, a senhora tesoureira explicou que aquando da inscrição no apoio, as famílias trazem toda a informação, nomeadamente rendimentos, despesas, entre outros e que a junta de freguesia atua no estrito cumprimento da lei. Afirmou não se recordar dos valores exatos, mas que existe uma tabela que é cumprida e que sem estar a especular julga corresponder a 30 euros de dois em dois meses por utente e que naturalmente tudo está registado e poderá ser verificado. Informou que cada utente vai à farmácia buscar a medicação com a autorização da Junta da Freguesia e, posteriormente, têm que trazer o recibo e assinam em como receberam a medicação. Por fim, referiu, que, caso pretendessem, na próxima sessão da assembleia traria dados mais concretos. -----

----- Após ter sido solicitada nova intervenções à mesa por parte do senhor deputado Luís Rodrigues, o senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Penafiel, decidiu fazer um esclarecimento sobre as regras de funcionamento da assembleia definidas pelo regimento. Nesse sentido disse compreender estas “dúvidas” de início de mandato e que este é um processo de aprendizagem para todos. Deste modo, recordou que no início de cada ponto da ordem do dia é dada

a oportunidade de os senhores deputados se inscreverem de forma a expressarem as suas opiniões. Posteriormente, os senhores deputados só podem intervir em duas situações; para pedido de algum esclarecimento ou em defesa da honra. Assim, se o objetivo era uma nova intervenção, essa não poderia ser permitida, no entanto, caso se tratasse de um pedido esclarecimento, daria, naturalmente, a palavra ao senhor deputado. -----

----- O senhor deputado Luís Rodrigues, saudou todos os presentes e afirmou “O pedido de esclarecimento é muito simples. Pelo que ouvi do senhor Presidente Junta, a ideia com a qual eu fico é que não existem acordos de cedência. Esta foi a ideia com que fiquei da sua última intervenção e não foi isso que foi dito na última reunião. Portanto, não estamos a pôr em causa a cedência dos espaços ou as instituições que nela lá estão ou a anulação da utilização daqueles espaços. O que pretendemos saber, efetivamente, é em que condições é que é feito, que protocolo é que existe, que pagamentos existem. Pretendemos saber se a Junta assume as despesas todas, quais as contrapartidas existentes.” Realçou, que são estas dúvidas existentes que pretendia ver esclarecidas e que foi afirmado que na próxima assembleia seria entregue. Por fim, que segundo a sua perceção da anterior assembleia, o que ficou de ser entregue foram os acordos de cooperação e não os novos regulamentos. -----

----- O senhor deputado José Ramos, solicitou, de seguida, um pedido de esclarecimento atendendo a que a sua dúvida sobre os 382 atestados, 23 provas de vida, 58 certidões e declarações, não ter sido esclarecida. Por fim, referindo-se ao regimento, entende que não podem ser alterados na Assembleia de Freguesia, as propostas apresentadas pela Junta de Freguesia, porque o próprio regimento não o permite. -----

----- Sobre a dúvida lançada sobre o regimento, o senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Penafiel esclareceu que, de facto, nenhuma medida, deliberação ou regulamento podem ser alteradas na assembleia em que são apresentadas. No entanto, se a medida ou regulamento for chumbada numa assembleia, isso não impede que numa próxima assembleia, e sofrendo alterações, ela venha a ser aprovada. “Assim, o senhor deputado José Pereira Ramos tem razão, quando refere que na própria Assembleia não se pode alterar um documento, isso é factual.” -----

----- Para responder aos pedidos de esclarecimento, tomou palavra o senhor Presidente do Executivo da Freguesia de Penafiel. Referiu que relativamente aos

atestados, estes são passados cumprindo o regulamento e têm um custo de 50 cêntimos. Mais informou que o regulamento prevê isenção para apoio social. Ressalvou que para algumas pessoas 50 cêntimos não é dinheiro nenhum, mas para outras é um encargo. Informou que essa gestão e controlo é feita pelos funcionários da junta, cumprindo os regulamentos. -----

----- Relativamente ao edifício de Santiago, informou que as associações que o utilizam já o fazem desde o tempo da junta de Santiago e que não existe qualquer regulamento. Afirmou que havia um princípio de acordo com a Associação Recreativa de Santiago, de cedência à associação, para que a esta gerisse esse espaço. Realçou que a junta tem seis edifícios, e muito dificilmente vai conseguir manter os seus edifícios abertos, porque os custos de manutenção são muito elevados. Explicou que é financeiramente incomportável para a junta quando a simples substituição de um telhado pode orçar em 150 a 200 mil euros. Indicou que o caminho pode passar por protocolar com as associações que utilizam as instalações de forma a que estas possam fazer a gestão dos edifícios. Acredita ser este o caminho que a junta deve seguir. -----

----- **3.º Ponto - Discussão e votação da proposta da freguesia, da prestação de contas do ano 2025, de acordo e para efeitos do disposto da alínea b), do nº 1, do artigo 9º da Lai nº 72/2013, de 12 de setembro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveram-se os senhores deputados Sérgio Rodrigues e José Pereira Ramos. -----

----- O senhor deputado Sérgio Rodrigues, usou da palavra afirmando “no âmbito do ponto 3 da ordem de discussão da prestação de contas referente ao exercício de ano 2025 e sem colocar em causa a sua legalidade formal, entende este grupo ser necessário solicitar esclarecimentos adicionais de determinados aspetos que resultam da análise financeira e documental efetuada. -----

----- Ponto 1. Estrutura de despesa e prioridades orçamentais. Da análise aos mapas de execução orçamental, constata-se que a Junta de Freguesia dispôs em 2025 de um montante global de 938 mil euros. Verifica-se igualmente que cerca de 80% deste montante foi afeto a despesa corrente e aproximadamente 10% foi aplicado em despesa de capital. Solicita-se assim ao Sr. Presidente da Junta que esclareça se esta estrutura de despesa corresponde à estratégia inicialmente definida para o mandato, bem como quais os critérios presidiram à priorização da despesa corrente em detrimento do investimento. -----

----- Ponto 2. Plano plurianual de investimentos PPI, taxa de execução. Da comparação entre os valores previstos e os valores executados constantes no plano plurianual de investimentos, resulta uma taxa de execução global próximo de 56%. Tendo em conta os objetivos apresentados aquando da aprovação do referido plano, solicita-se explicação das razões que justificam este nível, bem como identificação dos principais projetos não concretizados e respetivos fundamentos. -----

----- Ponto 3. Rúbricas de investimento com descrição genérica. No âmbito do PPI, verifica-se que a maioria das intervenções se encontra devidamente discriminada. No entanto, tal não sucede na rubrica 6-3 de viadutos, arruamentos e obras complementares, manutenção de arruamentos com uma dotação executada de 65.492,19 euros. Solicita-se, assim, esclarecimento quanto à natureza concreta das intervenções realizadas ao abrigo desta rubrica, a identificação dos locais onde foram efetuadas e ao enquadramento contratual dessas operações por forma a assegurar a adequada transparência da despesa pública. -----

----- Ponto 4, enquadramento financeiro de dimensão. Durante o período pré-eleitoral, foram publicamente associadas à atuação do Executivo diversas intervenções de relevante dimensão, nomeadamente central de camionagem em Novelas, nova unidade de saúde, rotunda junto à saída da autoestrada para Novelas e à entrada da cidade, Ponto C e requalificação da Ponte de Novelas. Contudo, da análise à despesa de capital, não consta na prestação de contas, votações orçamentais associadas à promoção ou execução direta destas obras pela Junta de Freguesia. Solicita-se assim esclarecimento sobre o enquadramento institucional do envolvimento da Junta nestas intervenções, eventual existência de protocolos, transferências de capital ou responsabilidades financeiras partilhadas e a distinção entre a atuação da Junta e de outras entidades públicas competentes. -----

----- Ponto 5, contratação administrativa e fornecedores externos à Freguesia. No respeito à contratação administrativa e à situação dos contratos, constata-se a aquisição frequente de bens e serviços a entidades sediadas fora da Freguesia e, em alguns casos, fora do Concelho de Penafiel. A título exemplificativo destaca-se Letra Solitária em Santo Tirso e ITS-ItalianTechno Sales, Lda. em Vila Cova da Lixa e Padaria Carvalheiro, Unipessoal, Lda. com o valor contratado de 12.361 euros. Solicita-se assim esclarecimento quanto aos critérios de

escolha destes fornecedores, à existência ou inexistência de operadores económicos da Freguesia ou no Concelho com capacidade para fornecer bens ou serviços equivalentes e à fundamentação económica ou financeira subjacente às opções tomadas. -----

----- Ponto 6, transferência e subsídios concedidos. Da análise à prestação de contas, transferência e subsídios concedidos verifica-se uma distribuição assimétrica dos apoios concedidos às paróquias da Freguesia, não tendo Santa Marta e Santiago de Subarrifana beneficiado de qualquer atribuição. Solicita-se assim esclarecimento quanto aos critérios utilizados para a atribuição destes subsídios e às razões que justificam das referidas paróquias. De igual modo, constata-se que o número de pedidos, associações e coletividades foram contempladas por este executivo, destacando a não atribuição de qualquer apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penafiel. Solicitam-se igualmente esclarecimentos quanto aos critérios aplicados e à fundamentação destas opções. Em conclusão, solicita-se ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Sr. Carlos Leão, os esclarecimentos necessários todos os pontos acima indicados de forma objetiva e sustentável nos documentos contabilísticos e de variações aplicáveis. Agradeço e atenção dispensada.” -----

----- O senhor deputado José Pereira Ramos iniciou a sua intervenção assumindo não dominar assuntos relacionados com economia e contabilidade, no entanto, solicitou informações sobre uma despesa de 284,57 euros à Radio Clube de Penafiel, de 1700 euros à Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) e 9000 euros à Guarda Nacional Republicana (GNR). Solicitou, ainda informações acerca do valor do seguro que ascende a 10000 euros e se este serve para cobrir os edifícios, o pessoal e os utentes que utilizam as instalações da junta. Por fim, pediu informações sobre o fundo de maneiio que é apresentado nas contas. -----

----- O senhor Secretario do Executivo Sérgio Brochado, tomou a palavra: “eu vou tentar ser relativamente objetivo e sucinto, o que estamos aqui a falar, se separarmos por pontos, às vezes perdemos o foco e a lógica daquilo que é uma gestão global. Mas vou começar por ir buscar algumas coisas que temos dito, principalmente em relação ao orçamento que a nossa Junta tem, e efetivamente sobra a pouca margem de manobra para investimento, que foi a conclusão que conseguimos chegar, e que vocês realmente também conseguiram chegar. É factual que temos 10% do orçamento livre para poder

fazer investimentos, que depois, se pensarmos um pouco, vai indicar a falta de obras de grande montante, porque se temos 10% de 900 mil euros, então temos apenas 90 mil euros para fazer obras no ano para toda a freguesia. Em relação, ao que depois vai colidir no outro ponto, as obras que se vão fazendo e que estão referidas no PPI, são obras basicamente de manutenção, algumas delas feitas em quase urgência e infelizmente é factual que temos muito pouca margem para planear grandes de investimentos, isto é, temos pouca margem para fazer obras de dimensão estratégica e isto é uma realidade que nós temos dito. Já passámos a campanha, estamos neste momento a ver as coisas na prática da concretização diária. O documento que nós temos na mão é a concretização prática daquilo que nós dizíamos em campanha. Não sendo campanha o que nós temos aí é a realidade: temos 10% do orçamento para fazer obras, que muitas vezes, são muitas pequenas obras de 5, 10, 15 mil euros, que depois parece que não é nada, mas são as obras que temos possibilidade de realizar. Voltando também àquilo que aqui foi dito, sobre os fornecedores da freguesia às vezes serem de dentro ou fora da Freguesia, nós não podemos ir contra a lei, temos de cumprir aquilo que são as regras da contratação pública. E eu não posso pedir que seja atribuída a empresas da minha Freguesia, quando aqui não existe oferta, por exemplo o pão, em que só uma padaria de fora é que consegue entregar o pão embalado, que é um dos requisitos que temos para o pão nos Centros Escolares.”. -----

----- Mais referiu que: “na Junta de Freguesia, como foi sempre dito, o nosso trabalho e aquilo que realmente nós tentámos fazer, em prol dos nossos fregueses, é junto do município, pedir que sejam feitas obras âncora, obras que tragam benefícios aos nossos fregueses, e que, muitas vezes o único trabalho que podemos fazer é ir pedi-las. Não é muito bonito dizer isto, não é bonito assumir, mas nós, numa Junta de Freguesia não somos um Município, com o nosso orçamento somos quase uns pedintes”. O Secretário ainda referiu que o executivo estava disposto a enviar a relação de obras e a discriminação e que enviassem por escrito um requerimento com as informações que pretendiam. a ponto. Em relação á questão que foi levantada sobre a algumas obras que não foram realizadas pela junta, mas que supostamente a Junta de Freguesia as refere nos seus eventos o secretário respondeu: “Não é este tipo de trabalho ou

investimentos que nós fazemos, mas o mérito de uma Freguesia ter essas obras, é em parte do executivo porque nós as reivindicamos. Pelo menos podemos dizer que somos uns bons pedintes. Tenhamos esse mérito. Não seremos uns grandes executantes, porque, efetivamente, a execução da obra não é nossa. Mas com o orçamento que nós temos, vocês podem compreender era impossível”. O secretário reiterou que: “O documento que nós estamos aqui a falar reflete uma realidade que as questões que foram levantadas, foram corretamente colocadas e tem esta resposta simples, na prática temos 10% de liberdade, mas temos 90% de responsabilidade: que é pagar os salários de quem aqui trabalha, é entregar os serviços e os bens dentro daquilo que são as normas de qualidade, cumprir a contratação pública e tudo isto são responsabilidades. Se apenas me libertam 10% para a minha criatividade, então eu vou ser 90% de responsabilidade e 10% de criatividade. É isto que este Executivo aqui assume perante as pessoas, se nós fizemos política, é porque somos políticos, se tiramos fotografias em frente às obras que foram feitas na minha freguesia, é porque elas foram feitas na nossa freguesia e são utilizadas pelos nossos fregueses!”, “o Investimento foi feito na nossa freguesia, foi feito no mandato de Carlos Leão, foi feito quando eu era Presidente da Assembleia, só tenho que dizer que o Município trabalhou muito bem e que ouviu os nossos pedidos. Se querem chamar de pedintes aos elementos deste Executivo, e tenho que vir aqui humildemente dizer que pelo menos somos uns bons pedintes. Deram-nos muitas coisas! Mas eu não estou a dizer que fomos nós a fazer, nem vamos dizer que foi o nosso orçamento que pagou. Tivemos foi um trabalho, que continuamos a ter, há outras coisas que estamos a pedir, outras melhorias, aliás, obras que aqui foram referidas, nós estamos a tentar que alguém que com orçamento efetivamente faça esse tipo de obras, atendendo à nossa pedinchice. Mas eu estou humildemente aqui a dizer que as peço constantemente, quando nos veem a entrar na Câmara já sabem, que estes vêm pedir, quase que vamos com o chapéu a mão.” O secretário ainda referiu que relativamente à ANAFRE, que era da opinião que “todas as freguesias deviam ser obrigadas a ser sócias da ANAFRE, ser sócias deviam e serem obrigadas a ir lá. Porque as questões que nós estamos aqui a debater já ultrapassam a Freguesia de Penafiel. Nós somos autarcas, não somos pedintes e de repente eu estou aqui a discutir quanto é que eu consegui pedir à Câmara e quanto é

que a Câmara, se dignou a dar à minha Junta de Freguesia. E tenho aqui obras que foram referidas como importantes, nós assumimo-las como importantes, mas eu tenho que as pedir, porque com estes 10%, que vocês veem na prática da execução é o que sobra, não as consigo fazer”. Em relação aos edifícios o Secretário referiu que: “Nós temos associações que têm o contrato físico, outras não têm” “Eu até sou defensor do que aqui está a ser dito, que é, quem utiliza os edifícios terá de ter responsabilidade de os manter. Porque infelizmente, nós não temos orçamento, se tivermos necessidade de uma intervenção de 60, 70 mil euros, vocês que me olham aqui para os 10% dizem, como é que depois conseguimos aplicar uns paralelos numa rua? Como é que vamos fazer as limpezas?”. O secretário ainda respondeu a uma questão porque é que a GNR é tão elevada e respondeu: “Porque muitas vezes as comissões de festas, as paróquias, pedem-nos ajuda e para atribuir subsídios, mais uma vez, tenho regras, pelo que é mais fácil pagar algumas despesas do que dar diretamente um subsídio. Por isso é que temos a GNR tão alta. Porque nos pedem é para assumir a despesa da GNR e isso eu posso pagar porque é um ato que a Junta de Freguesia pode fazer, pois não está a dar à associação, não está a beneficiar ninguém, pagam o custo de um ato feito e algumas das coisas que estão aqui são essas.” Para finalizar a sua intervenção o Secretário referiu-se ao fundo de maneo dizendo: “É importante a sua existência porque eu não sei o que acontece amanhã e um homem precavido não vai buscar guarda-chuva depois de se molhar, traz o guarda-chuva quando vê nuvens. Nós tentamos ter um fundo de maneo que nem sequer é o fundo de maneo que deveríamos ter, se olharem às contas, temos 60 mil euros ou 60 e qualquer coisa mil euros na conta, mas recebemos a 30 de dezembro, é por isso que está ali com esse valor, porque recebemos no dia 30 e pagámos apenas no mês seguinte, mas é uma questão contabilística para bater com o saldo que eu tenho na conta bancária.” O secretário concluiu a sua intervenção afirmando: “Eu e este executivo que está aqui, gostava muito de ter o dobro deste orçamento, de ter um milhão de euros para fazer obras e tenho a certeza que utilizaríamos, no sentido de melhorar a vida dos nossos fregueses. As vossas vontades não são assim tão distantes das nossas, a vossa visão para a freguesia também não será assim tão distante da nossa, só que nós temos aqui algumas limitações. Não podemos estar aqui a fugir aquilo que é a responsabilidade, todos nós temos a nossa vida pessoal,

desenvolvemos a nossa atividade empresarial e isto é algo que temos de fazer da mesma forma, com a mesma atitude responsável, mantermos as coisas com estabilidade operacional e financeira.” -----

----- O senhor deputado Sérgio Rodrigues referiu que “o movimento tinha pedido esclarecimento ao senhor presidente e não ao senhor secretário”. Mais referiu que “Nas rubricas de investimento com descrição genérica - Rubricas de investimento com descrição genérica, no âmbito do PPI, verifica-se que a maioria das intervenções se encontra devidamente discriminada. No entanto, tal não sucede na rubrica: 6 3 – Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares – Manutenção de arruamentos da freguesia, com uma dotação executada de 65.492,19 euros. Assim, solicita-se esclarecimento quanto à natureza concreta das intervenções realizadas ao abrigo desta rubrica, à identificação dos locais onde foram efetuadas, e ao enquadramento contratual dessas operações, por forma a assegurar a adequada transparência da despesa pública.” -----

----- O senhor Secretario do Executivo Sérgio Brochado, entreviu explicando: “No Executivo Junta de Freguesia cada elemento tem funções atribuídas e cada um tem os seus pelouros, é normal que cada um venha responder em certos temas, veio cá a pessoa que está responsável ela área em questão, só para clarificar o porquê de vir eu aqui intervir e esclareço já que quando falarem em educação, virá a D. Lurdes, quando virem falar em certas obras de arruamento, virá a D. Joana e o Sr. Francisco, que estarão muitíssimo mais informados do que eu para poderem clarificar as dúvidas. Nesta área financeira, trabalho lado a lado com o Presidente e tentamos ter estas coisas clarificadas e orientadas.” Em relação á questão das obras do PPI o secretário Sérgio Brochado explicou: “acontece que há uma série de reparações, que são reparações que no seu conjunto, soma alguns 65 mil euros, ou seja, trata-se da soma de todas as pequenas obras realizadas durante o ano. Umas são de mil euros, outras são 2 mil euros, não é uma obra de intervenção única, mas pequenas reparações, outras manutenções e achámos por bem não as enumerarmos todas para não tornar isto um documento demasiado extenso e pouco compreensível.” “Eu deixo aqui a sugestão, pedes isso formalmente e faremos chegar essa relação de obras”. O secretário abordou também a questão dos protocolos de cedência dos edificios e informou que “Na próxima

Assembleia poderemos trazemos esses elementos, esperemos que também se tenha o regulamento já concluído e aquilo que são os elementos pedidos, porque eu também tenho de admitir, que na última sessão não fiquei com a ideia que teria de fazer chegar isso aos deputados, mas ficou clarificado agora. Na próxima Assembleia, então, eu faço-te chegar esse documento e discutiremos esse assunto na próxima Assembleia.” -----

----- Posto à votação o 3.º Ponto ---, Discussão e votação da proposta da freguesia, da prestação de contas do ano 2025, de acordo e para efeitos do disposto da alínea b), do nº 1, do artigo 9º da Lei nº 72/2013, de 12 de setembro; foi aprovado por maioria com 6 votos a favor (Pedro Nuno de Sousa Bessa, Susana Patrícia dos Santos Ribeiro Vera Lúcia Monteiro da Silva, Hugo Miguel da Costa Veiga Ferreira, Abílio Pereira Reis e Pedro Henrique Silva e Sousa), 2 abstenções (José Pereira Ramos e Isaac Eurico Alves Ferreira) e 5 votos contra (Sérgio Filipe Ferreira da Silva Rodrigues, Luís Miguel Calaia dos Santos Rodrigues, Filipa Madalena da Silva Ribeiro, Margarida de Fátima Pinto Rodrigues e Jorge Manuel Barbosa Soares). -----

----- **4.º Ponto - Discussão e votação da proposta da Freguesia, da integração do Saldo da Gerência 2025 – 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e 1ª alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, de acordo e para efeitos da alínea a), do nº 1, do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, nenhum dos senhores deputados se inscreveu. -----

----- Posto a votação o 4.º Ponto - Discussão e votação da proposta da Freguesia, da integração do Saldo da Gerência 2025 – 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e 1ª alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, de acordo e para efeitos da alínea a), do nº 1, do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – foi aprovado por maioria com 6 votos a favor (Pedro Nuno de Sousa Bessa, Susana Patrícia dos Santos Ribeiro Vera Lúcia Monteiro da Silva, Hugo Miguel da Costa Veiga Ferreira, Abílio Pereira Reis e Pedro Henrique Silva e Sousa) e 7 abstenções (José Pereira Ramos e Isaac Eurico Alves Ferreira, Sérgio Filipe Ferreira da Silva Rodrigues, Luís Miguel Calaia dos Santos Rodrigues, Filipa Madalena da Silva Ribeiro, Margarida de Fátima Pinto Rodrigues e Jorge Manuel Barbosa Soares). -----

----- Encerrado o período da ordem do dia, foi dado início ao período de intervenção do público. -----

----- Abertas as inscrições, inscreveu-se o senhor Vitorino António Gonçalves Carvalho, residente em Penafiel -----

----- O senhor Vitorino António Gonçalves Carvalho saudou os presentes e solicitou ao executivo da junta de freguesia que comesse a colocar os editais de convocatória para as assembleias de freguesia em outros locais, nomeadamente, nas redes sociais, de forma a que a informação chegue a mais fregueses. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Penafiel, aproveitou para explicar, que como está definido no regimento, as questões colocadas no período de intervenção do público não são suscetíveis de resposta, pelo que o executivo deverá tomar conhecimento e definir como julgar mais adequado. Por fim informou que iria propor que a ata fosse aprovada em minuta e alertou que se algum dia a ata não for aprovada em minuta, só encerrará a sessão quando a mesma estiver redigida de forma definitiva para aprovação, nem que para tal a sessão se tenha que prolongar por um número de horas considerável. Mais afirmou que em todas as instituições a que pertenceu nunca uma ata deixou de ser aprovada em minuta, pelo que acreditava que também na assembleia de freguesia tal não iria acontecer. -----

----- No final da sessão, todos os pontos importantes foram aprovados por maioria em minuta, com 8 votos a favor (Pedro Nuno de Sousa Bessa, Susana Patrícia dos Santos Ribeiro, Vera Lúcia Monteiro da Silva, Hugo Miguel da Costa Veiga Ferreira, Abílio Pereira Reis, Pedro Henrique Silva e Sousa, José Pereira Ramos, Isaac Eurico Alves Ferreira) e 5 votos contra (Sérgio Filipe Ferreira da Silva Rodrigues, Luís Miguel Calaia dos Santos Rodrigues, Filipa Madalena da Silva Ribeiro, Margarida de Fátima Pinto Rodrigues e Jorge Manuel Barbosa Soares), tornando-se, assim, imediatamente eficazes as deliberações tomadas.

----- Antes de encerrar a sessão, o senhor presidente da assembleia de freguesia desejou a todos uma boa semana e muita saúde. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente, Pedro Nuno de Sousa Bessa e por mim, Susana Patrícia dos Santos Ribeiro (primeira secretária) que a secretariei e por Vera Lúcia Monteiro da Silva (segunda secretária) que me coadjuvou. -----

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia

A Primeira Secretária

A Segunda Secretária
